

**O PRECONCEITO RACIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO  
UNIVERSO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Organização do Trabalho  
Pedagógico, Setor de Educação, Universidade  
Federal do Paraná, como requisito parcial à  
obtenção do grau de Especialista em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Miranda

**CURITIBA**  
**2002**

*Aos meus pais, pelo  
exemplo de determinação.  
Ao professor Miranda, pela  
orientação competente e  
inspiradora.  
Ao meu marido Norberto, pelo  
carinho e ajuda técnica.  
À amiga Vera, pelas opiniões  
construtivas.*

## SUMÁRIO

I. Introdução .....	1
II. Relações históricas na sociedade brasileira .....	3
III. As raízes do preconceito na educação brasileira .....	14
IV. Racismo no ambiente universitário: da exclusão ao sistema de cotas .....	32
V. Conclusão .....	43
VI. <del>Bibliografia</del> <i>Referências Bibliográficas</i> .....	46

## **I. Introdução**

O trabalho a seguir tem como objetivo discutir as dificuldades que o aluno negro enfrenta no ambiente escolar, no que diz respeito ao processo de exclusão que vem sofrendo, por conta de sua raça e posição social.

Mais do que discutir, pretende-se buscar com as reflexões aqui expostas, possíveis soluções para essa problemática, percebida por muitos educadores. Porém, totalmente despreparados para lidar com essas situações, acabam ou ignorando o fato ou lidando de forma errônea e aumentando ainda mais o preconceito. Essa constatação e esse apelo por ajuda vem da própria escola, pois é nela que se refletem todos os problemas de ordem social, sejam familiares ou econômicos.

O avanço do capitalismo gera aumento da miséria, colocando cada vez mais a raça negra na base da pirâmide social. Não por acaso, pesquisas comprovam que grande parte da população carcerária, favelada, com os menores salários, com menor grau de escolaridade e portanto excluída socialmente é composta de afro-descendentes. Pode-se imaginar portanto, as batalhas que os alunos advindos desse grupo enfrentam quando ingressam e desejam permanecer na escola.

A pesquisa inicialmente fará um retorno às origens da discriminação racial, comentando os percalços da Revolução Abolicionista e suas consequências trágicas para os negros. Também pretende analisar o preconceito latente que paira no ar da sociedade.

Posteriormente pretende-se focar o preconceito na educação. O problema da exclusão social atinge os alunos negros em todos os níveis educacionais, portanto far-se-á uma explanação a respeito do preconceito desde a pré-escola, com consequências no ensino fundamental, passando para as instituições universitárias.

2

Como metodologia será feito um levantamento bibliográfico, buscando informações a respeito do preconceito racial como um todo, e especificamente em relação a educação. A medida em que o assunto for sendo exposto, posicionamentos críticos também serão levantados, procurando contribuir e enriquecer a discussão desta problemática.

3

## II. Relações Históricas na Sociedade Brasileira

*A abolição da Escravatura foi, na verdade, uma condenação perversa dos africanos e seus descendentes brasileiros, pois implicou num futuro de humilhações, falsa cidadania e exclusão.*  
(Abdias do Nascimento)

Para se discutir o preconceito racial e suas consequências na escola, faz-se necessário analisar as origens do problema no Brasil, e também como a continuação deste preconceito atinge inúmeros afro-descendentes atualmente.

Um olhar crítico em direção a Revolução abolicionista revelará que ela foi organizada para dar conta dos interesses de quem detinha o poder e não para defender e proporcionar cidadania aos negros, apesar do sentido humanitário que a história lhe atribuiu. (...)“Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.”<sup>1</sup>

Os libertos foram jogados a sua própria sorte, tendo que responsabilizar-se por si próprios e por seus descendentes, mesmo que não tivessem a menor condição financeira e moral para isso. “A participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa, e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista. Mas, pela própria natureza da sua condição, não passava de uma espécie de ariete, usado como massa de persuasão pelos brancos que combatiam o “antigo regime”.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> FLORESTAN, Fernandes. A integração do negro numa sociedade de classes. 1964, pág.3

<sup>2</sup> FERNANDES, Florestan. A integração do negro numa sociedade de classes, 1964, pág.4)

Id. Ibid, p. 4

Id. Cit., 1964, p.

A situação dos negros após a declaração da abolição da escravatura era igual ou ainda pior do que antes, pois de um momento para o outro encontraram-se sem moradia, trabalho, condições mínimas de sobrevivência, restando-lhes apenas buscar uma ocupação nas zonas mais ou menos produtivas que mantinham-se pela exploração do café. Nos lugares onde a produção mantinha-se em níveis baixos, acabavam fazendo parte da massa de desocupados ou de semi-desocupados da região, mantendo uma situação econômica degradante. Nas regiões onde havia altos níveis de produção e possibilidade de prosperidade econômica, a maior dificuldade para os libertos era a concorrência com a mão de obra importada da Europa. Para os patrões, que contratavam mão de obra europeia, o que contava era o rendimento do trabalho, a observância da cláusula dos contratos e do nível de remuneração da produção. Já para os negros, o que adquiria caráter essencial, no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar. Os libertos agregavam ao contrato valores morais, como dignidade e liberdade e obviamente estes elementos morais foram altamente desfavoráveis naquela ordem social. Para os brancos que contratavam, os europeus eram pessoas mais habituadas ao novo regime de trabalho e as suas implicações econômicas. "Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos que não estavam preparados para enfrentá-la."<sup>3</sup>

Florestan afirma que o liberto escravo encontrava dificuldades de entrosar-se compensadoramente, não conseguindo competir com os brancos, pois todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano, eram

---

<sup>3</sup> FERNANDES, Florestan. A integração do negro numa sociedade de classes, 1964 pág.5).

Id. *ibid.* p. 5

4

monopolizados pelos brancos e serviram como trampolins para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantaram a crônica de muitas famílias estrangeiras.

Mesmo quando o negro conseguia uma ocupação, seu progresso não era percebido, ao contrário de outros setores da sociedade. "Faltava-lhe coragem para ocupar situações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais; não era suficientemente "industrioso" para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o sucesso (...)"<sup>4</sup>

A explicação para tal "incapacidade" se encontra nas próprias condições psicossociais e econômicas que cercavam a ordem social competitiva da época, e também nas deformações introduzidas nos libertos pela escravidão, que limitaram sua capacidade de ajustamento à vida urbana e conseqüentemente sua capacidade de tirar proveito das novas oportunidades.

"Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo"<sup>5</sup>

Apesar dessas afirmações referirem-se a cidade de São Paulo nos fins do século XIX, esse cenário de marginalização dos negros estendeu-se por todo o Brasil, e as conseqüências desta marginalização são visíveis quando buscamos dados atuais sobre a situação econômica e intelectual dos negros.

4 FERNANDES, Florestan. A integração do negro numa sociedade de classes. 1964, pág.7)

5 FERNANDES, Florestan. A integração do negro numa sociedade de classes. 1964, pág.8)

} id. Ibid. p.7.  
" " p.8.

Último país a libertar seus escravos, o Brasil entrou no século 20 carregando a pesada herança da escravidão. Livres, mas sem direitos, os ex-escravos e seus descendentes formaram a primeira grande massa de brasileiros excluídos. Até meados deste século, o Estado sequer reconhecia sua obrigação de garantir escola para todos. Dizia-se que não havia racismo no Brasil. Na verdade, os negros é que não eram "vistos." Por mais de 60 anos, esse enorme contingente populacional ficou "invisível" para as políticas públicas. A idéia da igualdade de oportunidades não era cogitada.

O passado da escravidão ainda está muito forte nas relações sociais, ainda interfere na maneira como as pessoas observam o negro, sem falar no discurso oficial, que coloca muitas vezes a responsabilidade da pobreza do negro, no próprio negro. Os meios de comunicação cristalizam a idéia caricata e estereotipada de que o negro só gosta de sambar, de pagode, de uma cachaçinha e de futebol.

O Brasil gosta de se mostrar como um país de democracia racial, onde os brancos e negros convivem sem conflitos e sem diferenças.

No entanto, qualquer pesquisa, tanto feita por organizações do Movimento Negro, como pelo próprio Governo Federal, dá conta da situação de exclusão da população negra, que significa quase metade da população.

O negro está nas periferias, nos morros, nas favelas, estudando nas piores escolas, nas piores faculdades, também muito caras, nas quais muitos não acabam seus cursos, pois não conseguem pagar. Há que se julgar também o nível desta faculdades, pois muitas delas funcionam sem regulamentação do Ministério da Educação em todos os cursos.

As faculdades particulares hoje viraram uma empresa, um negócio altamente lucrativo. No Brasil existem por todo lado, estão-se multiplicando, e sem qualidade. É

nelas que os negros estão ingressando, devido a concorrência e seletividade das públicas. Os negros ficam sem condições de alcançar um bom lugar no mercado de trabalho.

Pesquisas feitas em 1983 observaram que, em todas as categorias estudadas, pretos e pardos apresentam rendimento médio significativamente inferior ao dos brancos. Dados referentes ao censo de 1980 relativo às áreas metropolitanas brasileiras mostravam que:

“(...) o rendimento médio da população de cor é cerca da metade do correspondente para a população branca. Adicionalmente, lançando mão de um procedimento de padronização, foi possível estimar que 25% e 32% das diferenças de rendimentos entre brancos, por um lado, e pretos e pardos, respectivamente, podem ser atribuídas a práticas discriminatórias no mercado de trabalho. Pesquisas feitas pelo IBGE em 1996, chegaram aos seguintes valores em reais para as médias de rendimentos totais: R\$ 950 para brancos, R\$ 403 para pretos e R\$ 433 para pardos”<sup>6</sup>

Dados<sup>7</sup> do Dieese de 1999, obtidos numa pesquisa realizada em seis regiões metropolitanas brasileiras, nos estados de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Distrito Federal, revelaram que os trabalhadores negros recebem, em média, R\$ 2,04 por hora, ou R\$ 418 por mês, enquanto os brancos ou amarelos recebem R\$ 5,50 por hora, o que representa R\$ 781,9 por mês.

As telenovelas no Brasil também refletem uma situação de racismo não explícito vigente na sociedade. Um racismo do qual as pessoas nem têm consciência e que é tão ambíguo como as próprias relações raciais, com momentos de avanço e de retrocesso. A maneira como são tratadas as personagens negras nos enredos das telenovelas revela essa ambigüidade e reforça a imagem negativa do negro que vem sendo construída e transmitida pelas grandes redes de televisão

---

<sup>6</sup> VALE, Nelson do. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

a milhões de telespectadores no País. É sempre uma pessoa humilde ou em condição social subalterna, pobre, com pouca instrução e educação. Se mulher, sensual. Quando esses estereótipos não estão presentes, o negro acaba sendo visto no mínimo como diferente, em um universo de brancos.

No que diz respeito à mortalidade infantil, os pretos e pardos estão expostos a taxas mais elevadas que os brancos. "Em 1980, a mortalidade infantil por mil nascidos vivos era de 77 para brancos e de 105 para o conjunto de pretos e pardos. A criança negra tem 67% a mais de chance de falecer até os cinco anos do que a criança branca; na região Nordeste esse número sobe para 71%, conforme os estudos da população produzidos pela Unicamp.

Que a desigualdade racial determina a vida dos negros no País não é novidade. Muitos estudos nas áreas de sociologia, educação e economia já comprovaram que o preconceito de cor atua como um agente de exclusão social. No entanto, são raras as pesquisas que unem racismo e saúde.

Para a pesquisadora Maria Inês Barbosa, da Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP), ao determinar a qualidade de vida da população negra, o preconceito racial influencia diretamente na saúde dessa população. É isso que Maria Inês, também professora da Universidade Federal de Mato Grosso, quer provar com sua tese de doutorado "Racismo e Saúde"<sup>8</sup>.

A projeção da expectativa de vida do brasileiro feita pelo IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para 1995, ano em que foi realizada a pesquisa, era de 64 anos para os homens e 70 anos para as mulheres. No seu trabalho, Maria Inês mostra que, na cidade de São Paulo, os negros não chegam a

---

<sup>7</sup> Jornal Gazeta do Povo. Negros fazem protesto contra discriminação. (21 de novembro/1999).

<sup>8</sup> [www.usp.br/jorusp/arquivo/1998/jusp448/manchet/rep\\_res/rep\\_int/pesqui4.html](http://www.usp.br/jorusp/arquivo/1998/jusp448/manchet/rep_res/rep_int/pesqui4.html)

---

atingir essa média. Segundo ela, 63% dos homens negros morrem antes de completar 50 anos. E a mulher negra, que deveria ter expectativa de vida maior que a dos homens, tem na verdade mortalidade proporcional à do homem branco. Isto quer dizer que 40% morrem antes dos 50 anos.

A pesquisadora aponta como uma das principais causas o fato de o racismo no Brasil ser tratado pela sociedade como algo inexistente. "O racismo impede o homem negro de cumprir plenamente o papel masculino esperado", diz ela, que em seguida explica: "Vivemos numa sociedade que se pauta na figura do macho branco. O povo brasileiro não se diz racista, no entanto os negros vivem todas as conseqüências da desigualdade racial". A prova disso é uma pesquisa divulgada recentemente pelo IBGE, que mostra que o homem negro chefe de família, com 12 anos ou mais de estudo, ganha em média menos que a mulher branca nas mesmas condições.

De acordo com a Pesquisa de Padrão de Vida do IBGE, o chefe de família branco com 12 anos ou mais de estudo recebe um salário médio mensal de R\$ 881,00, enquanto que o homem negro ou pardo, apesar de ter a mesma capacitação do homem branco, recebe por mês cerca de R\$ 423,00. Valor que nem sequer corresponde à metade do que ganha o chefe de família branco. É importante lembrar que esse estudo do IBGE trata de uma amostra específica da população, que atinge apenas aqueles que têm 12 anos ou mais de estudo. "Como a situação de vida no País não é igualitária, muitos são os negros que nem sequer conseguem atingir esse nível de escolaridade", afirma.

Para Maria Inês, numa sociedade competitiva o racismo é um mecanismo de exclusão, que ao dificultar o acesso ao trabalho e ao estudo gera condições de vida, na maioria das vezes, precárias. A pesquisadora conta que teve muita dificuldade

em provar que existe racismo no Brasil. "Como diz um especialista, uma sociedade é racista ou não é. Enquanto não compreendermos essa evidência, continuaremos a ignorar muitos problemas."

Já que sua pesquisa pretendia associar o racismo com a saúde da população negra em São Paulo, Maria Inês pegou uma amostra de 21.663 óbitos que ocorreram na cidade durante os meses de janeiro, abril, julho e outubro de 1995. Desse total ficou com 18.837 óbitos de negros, pardos e brancos.

A partir dessa amostra detectou que, apesar de o negro estar morrendo das mesmas causas que o branco, ele morre mais cedo. Entre as principais causas de morte, o estudo verificou que as externas — homicídios, acidentes e outras— determinam a diferença do perfil da mortalidade do homem negro em relação ao branco, e são seguidas pelas doenças infecciosas e parasitárias. Para as mulheres negras as diferenças ocorrem em relação às doenças do aparelho circulatório, doenças infecciosas e do aparelho geniturinário.

As causas externas de morte privam o homem negro de viver potencialmente 45 anos a mais e o homem branco, de prolongar sua vida em 30 anos. Devido a problemas no aparelho circulatório, as mulheres negras têm potencialmente 18 anos de vida perdidos, enquanto que a mulher branca tem 14 anos.

Mas até aqui Maria Inês ainda não provou cientificamente que o racismo interfere nas condições de saúde da população negra. Ela encontrou dificuldades quando teve que associar racismo à pobreza e, conseqüentemente, a piores condições de vida dos negros. "Procurei saber no IBGE quais os bairros que concentravam maior número de negros e descobri que eles não tinham esse dado. Aliás, os dados existiam mas não estavam trabalhados. Afinal, se não há racismo,

por que fazer essa diferenciação na hora de tabular a pesquisa? ", comenta ela com ironia.

Segundo Maria Inês, a mentalidade de que não existe desigualdade racial no Brasil está tão arraigada que até mesmo órgãos do governo preferem ignorar o fato. A USP também não sabe quantos docentes negros existem em seus quadros. Segundo a pesquisadora da Faculdade de Saúde Pública, "a Universidade não pergunta porque tem medo de estar sendo racista ao perguntar. No entanto, informações desse tipo são valiosas, pois a partir delas tem-se a dimensão do lugar que o negro está ocupando na sociedade".

Depois que Maria Inês tornou pública essa questão em encontro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, o IBGE concordou em fazer uma tabulação especial mostrando como a população negra está distribuída no município de São Paulo. Em Moema, um dos bairros mais conceituados de São Paulo, 7,9% dos moradores são negros; o Jardim Ângela, conhecido pela violência, tem 53,3% de residentes negros. "A população negra está concentrada no bairro da exclusão", afirma a pesquisadora.

Além da questão "saúde", existem ainda as questões ligadas a violência. Os negros morrem mais cedo, de forma mais violenta e a causa é a exclusão social, afirma a pesquisadora Sueli Carneiro.<sup>9</sup> A incidência de morte violenta entre a população negra pode ser caracterizada como genocídio: basta ver a expectativa de vida da população negra, que é de 59 anos, enquanto a expectativa da população branca é de 65 anos. Se não houver uma intervenção política estaremos assistindo passivamente a um extermínio, afirma Sueli.

---

<sup>9</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 17 de maio de 1998

Outros estudos comparativos publicados no mesmo jornal, feitos nas declarações de óbito, mostraram que os homicídios por arma de fogo é a principal causa de morte entre os negros, que atinge uma porcentagem de 7,4% contra 2,8% dos brancos; 66,3% dos brancos morrem com 50 anos ou mais, enquanto os negros somente 43,8% morrem nessa faixa etária; 41,7% dos negros morrem entre 20 e 49 anos, contra 22,8% dos brancos.

A leitura desses números é a prova <sup>10</sup>do racismo diz a professora Maria Inês da Silva Barbosa. Afinal, esses números só se comparam aos de Joanesburgo, na África do Sul: 76,1% dos homens negros morrem com menos de 60 anos. A pesquisa trouxe outros números, como, por exemplo: 4,7% dos negros morrem vítimas de objetos contundentes, faca, etc. A população branca raramente morre por essa mesma questão; 23,4% dos negros morrem por causas extremas: homicídios, suicídios, etc. Enquanto na população branca morrem 11,4%;

Outras diferenças sócio-econômicas expostas como dados também revelam as desigualdades entre brancos e negros, como é o caso do ingresso e permanência das crianças negras na escola.

Os afrodescendentes constituem a maior parte dos analfabetos no Brasil e das crianças e adolescentes que enfrentam o chamado fracasso escolar. Segundo o IBGE, a taxa média de analfabetos no país é de 13,8%. Os dados desagregados revelam que entre os negros a taxa é de 21,6% e entre os brancos, de 8,4%. A média de escolaridade dos negros e negras é 2 anos a menos que a média nacional. Quanto ao índice de escolaridade: 82% para homens brancos, 82% mulheres brancas; 76% mulheres negras e 70% homens negros. Segundo o governo federal,

---

<sup>10</sup> [http://www.andi.org.br/midia\\_edu/artigos/desigualdades.htm](http://www.andi.org.br/midia_edu/artigos/desigualdades.htm)

dois terços dos pobres e miseráveis do país são afrodescendentes. O governo federal criou em 1995 o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, no qual a educação é um das linhas de ação. Entidades do movimento negro questionam o papel da escola como reprodutora da desigualdade racial e reivindicam ações mais efetivas e estruturais para o enfrentamento do problema

Pesquisas relatam que na área educacional, crianças pretas e pardas completam menos anos de estudo, mesmo quando se controla por origem social ou renda familiar per capita. São os motivos dessa exclusão que o próximo capítulo buscará expor, tendo como foco o preconceito racial.

### III. As raízes do preconceito na educação brasileira

A discussão sobre o preconceito racial na educação brasileira perpassa pela história. Nos tempos da escravidão, qualquer tentativa de instrução dos negros era severamente punida. Quando um negro<sup>11</sup> aprendia a ler e a escrever, mutilavam-lhe a mão direita, mesmo em prejuízo econômico para o dono do escravo. As poucas possibilidades que o negro tinha de adquirir algum conhecimento lhe eram negadas e caso insistisse, era punido severamente.

Estas e outras informações históricas, à respeito das poucas possibilidades de acesso à educação do negro no Brasil, podem também dar conta dos problemas sociais e culturais que hoje ele enfrenta. O sucesso de uma pessoa está intrinsecamente ligado com as oportunidades que ela teve em sua formação, independente da raça ou gênero ao qual pertença. Infelizmente a ciência, em diferentes momentos da história, esteve envolvida na disseminação de conceitos discriminatórios.

Joseph-Arthur, Comte de Gobineau (1816-1882), nascido em Ville-d'Avray, na França, e falecido em Turin, na Itália, diplomata francês, escritor, etologista e filósofo, defensor da teoria do determinismo racial, teve uma grande influência no desenvolvimento de políticas racistas na Europa. Vivendo em Paris, a partir de 1835, tornou-se funcionário público e deveu o início de sua carreira à sua cultura e ao posto de secretário do escritor e estadista francês Alexis de Tocqueville quando este foi ministro em 1849. Como diplomata, Gobineau serviu em Berna, Hanover, Frankfurt, Tehran, Rio de Janeiro, e Stockholm.

---

<sup>11</sup> SOARES, Natalício. Nossos bosque têm mais vida, 1982, pág.57

Gobineau foi também um apreciado autor de histórias, e de livros sobre a História e de crítica literária. Porém, a obra que o tornou mundialmente conhecido foi o seu *Essai sur l'inégalité des races humaines*, em quatro volumes, publicado de 1853 a 1855.

Gobineau comparou o cérebro do homem nas diferentes etnias e assumiu que havia uma relação entre seu volume e o grau de civilização.

Segundo ele, a mistura de raças era inevitável, e levaria a raça humana a graus sempre maiores de degenerescência, tanto física quanto intelectual. É atribuída a Gobineau a frase "Eu não acredito que viemos do macacos mas creio que estamos indo nessa direção".

Ele postulava a superioridade da raça branca sobre as demais, e nesta distinguia os povos Arianos, os alemães, representando o povo mais civilizado. Sustentou a teoria de que o destino das civilizações é determinado pela composição racial, que os brancos, e em particular as sociedades arianas floresciam desde que ficassem livres dos pretos e amarelos, e que quanto mais o caráter racial de uma civilização se dilui através da miscigenação, mais provável se torna que ela perca a vitalidade e a criatividade, e mergulhe na corrupção e imoralidade.

As teorias de Gobineau não eram totalmente novas, inserindo-se em uma discussão que tivera origem no humanismo renascentista e nas observações de cientistas à época dos grandes descobrimentos marítimos.

Igualmente não ficou só na sua posição, pois na mesma época do *Essai*, homens como o compositor alemão Richard Wagner, o filósofo Friedrich Nietzsche, políticos como Houston Stewart Chamberlain, este nascido na Inglaterra e genro de Wagner, e Adolf Hitler aderiram ao que foi então chamado "gobinismo".

Somente a raça branca ou "Ariana", criadora da civilização, possuía as virtudes mais elevadas do homem: honra, amor à liberdade, etc., qualidades que poderiam ser perpetuadas apenas se a raça permanecesse pura. Em sua opinião os judeus e os povos mediterrâneos haviam degenerado devido a muita miscigenação ao longo da história. Somente os alemães haviam preservado a pureza ariana, mas a evolução do mundo moderno os condenava também aos cruzamentos interraciais e a degenerescência.

O povo ariano teria habitado um ponto da Ásia, basicamente o Cáucaso e a região montanhosa da Pérsia central. A evidência de sua existência eram as raízes fonéticas das línguas faladas nessas regiões, remanescentes do que teria sido a língua Indo-Europea. Foi encontrada também uma inscrição do século V antes de Cristo do rei persa Darío (522-486 BC), onde declara ser rei dos persas e "da raça ariana". A palavra seria originalmente "Aya, significando "livre", nobre" "firme" e dela deriva a palavra Irã, hoje o nome do país que foi a antiga Pérsia. Heródoto, referiu-se aos povos do Irã ( antiga Pérsia) como arianos. A partir dessa região original, o platô iraniano, teriam conquistado o norte da Índia ao Sul e regiões da Europa, ao norte. Na Índia resultou uma divisão entre a cultura ariana no norte e a cultura dravidiana ao sul, algo hostis uma com a outra.

As teorias de Gobineau foram em geral bem recebidas, e se tornaram de certo modo populares nos países europeus. Os povos que ele discriminara pouco reagiram, e os comentaristas da correspondência por ele mantida com Dom Pedro II não aludem ao que o monarca teria dito em resposta às queixas do francês, ou mesmo como crítica às suas idéias. Fora do Brasil, um enérgico protesto veio do Haiti, um país de população quase cem por cento negra, e que, como todos os países africanos e afro-americanos, sentiu-se humilhado com a nova filosofia racista

da superioridade racial. Antenor Firmin, um afro-haitiano, publicou em Paris, em 1885, portanto apenas três após a morte de Gobineau, um monumental ensaio em francês, de 650 páginas, cujo título é uma paródia ao ensaio de Gobineau: *L'Egalite des Races Humaines* ("A igualdade das raças humanas"). Joseph-Antenor Firmin foi jornalista, escritor, advogado e ministro das relações exteriores do presidente Hyppolite no Governo do Haiti. Um rebelde em certa época na história de seu país, foi exilado em St. Thomas, nas ilhas Virgens, território norte americano. Além da obra em resposta a Gobineau, publicou em 1905, um livro de grande repercussão, sobre o presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, nas relações com a República do Haiti, profetizando uma intervenção americana que mais tarde de fato aconteceu.

O livro salienta as conquistas da cultura negra desde o Egito antigo e os países do vale do Nilo, Sudão e Etiópia, até a primeira "República Negra" do Haiti, como evidência do potencial dos povos africanos. Porém, enquanto o livro racista de Gobineau foi traduzido em inúmeras línguas e viria a influir na formulação da ideologia nazista, o livro de Firmin ficou na obscuridade, apesar de sua inegável importância como obra de antropologia e antropologia filosófica.

A segunda missão diplomática de Gobineau foi ao Brasil, onde chegou em 1876, enviado por Napoleão III, e onde permaneceu pouco mais de um ano como representante do governo francês. Segundo os que comentam as relações do Imperador Pedro II com os intelectuais europeus, este teve particular amizade com Gobineau. Na volumosa correspondência trocada entre ambos, Gobineau nunca deixou de referir-se a sua vinda ao Brasil como uma péssima experiência.

Além do *Essai sur l'inégalité des races humaines*, saído nos anos 1853 a 1855, Gobineau escreveu outras obras em História e literatura. Seus livros de ficção incluem o famoso *Pléiades*, de 1874; *Souvenirs de voyage*, de 1872; e *Les*

Nouvelles Asiatiques, de 1876. As obras Histoire des Perses, 2 vol., de 1869; Religions et philosophie dans l'Asie Centrale, de 1865; e La Renaissance, de 1877, obras que deram-lhe fama.

Outro cientista defensor de teorias que propagavam o preconceito foi o inglês Francis Galton . Em sucessivos artigos a partir de 1865, ele apresentou e defendeu a eugenia \_ ciência do aperfeiçoamento da raça humana \_ . Utilizando-se de elementos positivistas e darwinistas, Galton acreditava que a raça humana encontrava-se em constante evolução biológica, base da evolução moral, e que a ciência eugênica deveria ajudar, e mesmo acelerar, a natureza nesta tarefa. Assim, em uma época marcada por rápidas transformações, em que a industrialização e a urbanização aceleradas traziam consigo problemas sociais e sanitários até então sequer imaginados, a eugenia vinha afirmar, para alívio da ordem vitoriana, que a miséria dos cortiços operários não era histórica e socialmente construída, mas resultava da incapacidade de espíritos e corpos inferiores em se adaptar às novas condições que se apresentavam à evolução da espécie. Três eram os principais conjuntos de medidas propostos pela eugenia: medidas positivas, como a educação sexual de jovens, visando ao casamento de indivíduos aptos a uma procriação sadia; preventivas, articulando o combate a vícios morais, como o alcoolismo e o antipatriotismo, ao das doenças morais, como a tuberculose e a sífilis e, por fim, medidas negativas, que visavam esterilizar ou restringir casamentos de indivíduos considerados ineptos à procriação.

Longe de ter se constituído como um discurso científico monolítico, e tendo sido incorporada por diferentes correntes de pensamento e movimentos sociais, a eugenia subdividiu-se em correntes distintas. Os eugenistas cristãos, por exemplo, denunciaram o darwinismo social, tão caro a alguns de seus colegas quanto

desumano e contrário às leis de Deus. Para eles, a eugenia surgia justamente como uma possibilidade de simultaneamente proporcionar alívio às dores dos mais pobres e menos aptos à luta pela sobrevivência, garantindo a evolução racial da espécie ao evitar que estes mesmos pobres e desajustados procriassem. As diferentes correntes eugênicas traduziram-se em políticas públicas – sempre de eugenia negativa, como a esterilização – em alguns países nas primeiras décadas do século, como os Estados Unidos e a Suécia social-democrata. No entanto, foi com a aproximação entre eugenistas e o pensamento científicista racista e arianista desenvolvido no século XIX por homens como Houston Stewart Chamberlain e Joseph Arthur Gobineau – que, no entanto, era um pessimista quanto ao futuro da raça ariana e, portanto, refrátil aos princípios eugênicos – que a eugenia encontrou seu campo mais fértil de expansão.

Nesta vertente, no entanto, ela abandonaria seu projeto inicial de aperfeiçoamento da raça humana, substituindo-o pela busca da afirmação e viabilização da supremacia da raça branca e, mais especificamente, da ariana. O ápice deste pensamento foi, já no século XX, o regime nazista, que retomaria inclusive o tema da queda e redenção, caro ao eugenismo darwinista social e a Francis Galton e, curiosamente, de tradição judaico-cristã. Galton afirmava que a civilização, ao diminuir o rigor das leis naturais de seleção, teria permitido a sobrevivência dos menos aptos, que teriam perecido em tempos bárbaros. Para o nazismo, este tema está presente na percepção da crise da raça e, portanto, da cultura ariana, como resultado da contaminação desta pelo sangue e pela civilização cosmopolita e internacionalista judaica. Entre as primeiras medidas racistas do regime nazista, constava uma de caráter tipicamente eugenista: a proibição do casamento entre judeus e arianos. No entanto, os nazistas não se limitaram a aplicar

medidas da eugenia negativa, pelo contrário, buscaram implementar medidas de eugenia positiva para desenvolver uma super-raça nórdica, para a qual não poderiam contribuir sequer os bávaros, considerados muito morenos. Neste sentido, criaram os lebensborn (fontes da vida) – instituições inicialmente destinadas a acolher mães solteiras, resultado da intensa propaganda realizada nas escolas, acampamentos de verão e outros locais – para a procriação de jovens, mesmo que sem matrimônio ou consentimento dos pais. Os futuros pais, no entanto, deveriam ser racialmente válidos e mais de 50% das candidatas a vagas nos lebensborn eram rejeitadas. Mais tarde, os lebensborn passaram a recrutar “enfermeiras” com o objetivo de “cruzá-las” com oficiais SS. Os lebensborn teriam, assim, um importante papel nos planos nazistas de ocupar com arianos puros o lebensraum (espaço vital) alemão no leste europeu.

No Brasil, o movimento eugenista esteve profundamente articulado à ideologia do embranquecimento. No início do século XX, a classe dominante brasileira via-se diante do dilema de um enorme contingente populacional negro politicamente emancipado, porém, socialmente subalterno. Explicações racistas com pretensões científicas, como a obra de Nina Rodrigues, pregando a inferioridade genética da raça negra como fator explicativo para tal estado de coisas, não tardaram a aparecer. No entanto, já no início do século, José Veríssimo chamava a atenção para o fato de que o negro iria desaparecer da população brasileira através da miscigenação, que depuraria a raça e a levaria ao embranquecimento. Nas décadas seguintes, o embranquecimento através do recurso à imigração e à miscigenação tornou-se visão hegemônica para a solução do assim chamado problema racial brasileiro. Os eugenistas brasileiros colocaram-se inteiramente de acordo com tal proposição e, já no I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em

1918, Azevedo Amaral apresentou a proposta que acabou por ser aprovada e que barrava qualquer imigração não-branca para o País. A teoria do embranquecimento, no entanto, inovava em termos de propostas racistas, já que não articulava a degenerescência da raça à miscigenação.

Se, para Gobineau, que esteve no Brasil, a população do país estava degenerada pela miscigenação e, portanto, fadada a desaparecer (como de resto toda a humanidade), para Oliveira Vianna, um dos principais teóricos racistas do País e defensor da imigração ariana, o cruzamento entre as raças representava justamente uma forma de elevar o teor ariano do sangue brasileiro. Neste ambiente intelectual e político, a Constituição de 1934, além de estimular a educação eugênica em seu artigo no. 138, previa cotas para a entrada de imigrantes, segundo suas nacionalidades, assim como a Constituição de 1937. Com isto, esperava-se restringir a entrada de elementos raciais considerados desfavoráveis. De forma mais explícita, o Decreto Lei no. 7967 de 19.09.1945 instituía que a imigração deveria ser orientada de acordo com a “necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes de sua ascendência européia”. Como o país não conheceu nenhuma onda imigratória significativa, este Decreto não chegou a ser politicamente significativo, mas é indicativo do espírito eugênico e racista do legislador.

Paul Broca, fundador da Sociedade Antropológica e maior craniômetro do mundo em 1861, buscava comprovar que a inteligência estava ligada tão somente a fatores físicos, ou de gênero. Broca queria provar que o tamanho do cérebro determinava a inteligência das pessoas. Para tanto, utilizou como comprovação maior o cérebro do barão Georges Cuvier, morto em 1832. Cuvier, o maior anatomista do seu tempo, fundador da paleontologia, considerado homem de

extrema inteligência, tinha um cérebro avantajado, que pesava 1830 gramas, mais de 400 gramas acima da média e 200 gramas a mais do que qualquer outro sadio anteriormente pesado. Na euforia da descoberta, os médicos esqueceram-se de preservar seu cérebro, e todas as pesquisas concentraram-se no tamanho do chapéu que o cientista usava. Apesar do triunfo da teoria do “quanto maior melhor”, resultados posteriores, com pesquisas feitas em cérebros de outros sábios da época, foram contraditórios, e nada comprovaram efetivamente. Infelizmente, Broca teve muitos seguidores e suas idéias preconceituosas e distorcidas vitimaram todos os grupos privados de direitos civis da época, como as mulheres, os pobres e os negros.

Apesar de todo esforço da ciência, em querer provar a supremacia intelectual e física da raça branca, posteriormente a idéia de que o meio influencia o indivíduo e que o ambiente social e principalmente as oportunidades são alguns dos fatores que modelam a educação de um indivíduo e não fatores raciais, foi felizmente difundida .

Porém o professor, quando ligado a classe dominante, acaba por tornar-se o agente da hegemonia a qual pertence, reproduzindo fielmente o padrão que lhe foi passado de homem ideal, limpo, calmo obediente nas tarefas e branco. “Os componentes ideológicos inculcados no raciocínio dos professores, particularmente primários, relegam as crianças negras e pobres `a condição de problema,. Estas crianças são estigmatizadas como rebeldes, incapazes, de aprendizado difícil e provindas de meio pernicioso. Todos os “problemas” concentram-se na criança, nunca na forma de desenvolvimento da educação oferecida”.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> SOARES, Natalício. Nossos bosques têm mais vida. 1982, pág.59

Apesar de uma possível generalização nas conclusões do escritor e da distância temporal que nos separa desta afirmação, feita na década de 80, muitos procedimentos no âmbito escolar em relação ao tratamento dado pelos professores aos alunos negros, continuam acontecendo da mesma forma.

No texto o “Preconceito na sala de aula”<sup>13</sup>, escrito por Daniela Pinheiro, podemos ler os resultados obtidos na tese de mestrado “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”, elaborado pela pesquisadora Eliane Cavaleiro. Nele a autora relata os assustadores momentos que viveu enquanto realizava uma pesquisa na rede pública de ensino. Durante oito meses a pesquisadora e também professora passou suas manhãs em uma pré-escola de um bairro classe média em São Paulo.

Após anotar frases, entrevistar famílias e principalmente presenciar diálogos, Eliane concluiu que as professoras tratam com enorme diferença os alunos negros. De acordo com a pesquisadora, elas são mais impacientes com eles, menos carinhosas e, em casos extremos chegam a humilhar as crianças negras com expressões impensáveis, indignas de alguém que se proponha a educar. Expressões como “filhotes de São Bernardo”, “negrinho safado” e “cão em forma de gente”, foram utilizadas pelas professoras.

A postura adotada pelas educadoras também anula eventuais manifestações de carinho por parte dos alunos negros. Muitas vezes, partiam das próprias professoras o deboche sobre a cor da pele das crianças. Eliane relata que, durante a aula de artes, uma menina de 7 anos disse que gostaria de se parecer com a apresentadora Angélica. A partir daquele momento, todas as vezes nas quais a

---

<sup>13</sup> Revista Veja, agosto, 1999.

professora se referia a menina, chamava-a de Angélica, e ao constatar que a menina atendia ao seu chamado, caía na gargalhada. “A professora não se acanhava com a minha presença, mesmo sabendo o teor da pesquisa”.<sup>14</sup>

Observando minuciosamente, a pesquisadora chegou a contabilizar a troca de carinhos entre as professoras e os alunos. Em um dia normal, as educadoras chegam a beijar três vezes mais crianças brancas do que negras.

Por ser negra, Eliane também foi discriminada enquanto reunia seus dados. Apesar de ter deixado bem claro que não participaria de qualquer atividade, dedicando-se apenas à observação, foi “convidada” pelas professoras brancas a servir lanche, fazer cartazes e até limpar o chão, depois da bagunça de algum aluno. “A situação é assustadora. Nem mesmo eu imaginava quanto os professores ainda são despreparados para lidar com a diversidade étnica na sala de aula e na sociedade”<sup>15</sup>

Além do despreparo do professor, Natalício Soares cita o distanciamento entre prática escolar e a realidade cotidiana, como fator de difusão de preconceito racial na escola.

A pesar da democracia racial, a prática escolar difere da realidade diária do aluno negro. A história ensinada é feita por e para brancos; seus heróis não existem, fato que traz um grande vazio para a criança, pois reflete nela que o ser importante é o outro, não ela. E a imagem que lhe é transmitida da África se apresenta com os contornos de um continente habitado por negros selvagens e atrasados. Inserida neste contexto, a criança sente vergonha de sua cor e de si

---

14 PINHEIRO, Daniela. O preconceito na sala de aula. Veja, 1999, p. 68).

15 PINHEIRO, Daniela. O preconceito na sala de aula. Veja, 1999, p. 68).

*I'd. Ibid.*

saída uma faca de dois gumes: assumir as características que lhe são transmitidas do negro bonzinho, afastando-se, assim, dos demais de sua raça, disposta a tudo para agradar o grupo e ser aceita, sendo assim assimilada como “negro de alma branca”, ou rebelando-se, revoltando-se, exprimindo sua revolta através de agressões, dando vazão assim aos seus sentimentos, e portanto sendo reconhecida como “problema” na escola. “Uma coisa é certa: a experiência do grupo escolar é quase sempre traumática para nossas crianças”<sup>16</sup>

Soares ainda faz referência ao preconceito evidente nos momentos recreativos na escola. As brincadeiras tendem a ser lideradas por alunos brancos, sendo deixado para os alunos negros um plano inferior. Ela somente consegue se impor quando é mais forte fisicamente, ou quando se sai muito bem, como é o caso do futebol e da corrida, pois possui bastante agilidade e normalmente se destaca e é respeitada. Porém, quando a criança negra reage, procurando demarcar posições importantes para seu crescimento passa a ser hostilizada. A partir do momento em que reivindicam uma posição melhor dentro do grupo surgem os conflitos: tentativas de inferiorização e agressões verbais tradicionais : negrinho, macaco, sujo, etc. Não nos causa espanto portanto, a escolha de Pelé para o Ministério dos Esportes. Ele merece todos os louros por seu talento, mas poderíamos ter outros ministros negros, como Milton Santos, um dos maiores geógrafos do Brasil. As escolhas do governo, sob diversos aspectos, nunca são em benefício real das minorias. Em relação à educação, é evidente o descaso.

---

16 SOARES, Natalício. Nossos bosques têm mais vida. 1982, pág.60.

Na década de 80, o Brasil deu início à política de democratização da educação infantil. O que deveria ser um avanço educacional, proporcionando cidadania e elevação cultural, transformou-se no mecanismo que alavancou a exclusão de crianças negras e pobres.

“ Analisando a expansão da educação infantil no Brasil \_ que pode ser entendida como democratização do acesso ao sistema educacional para crianças com idade inferior à prescrita para educação compulsória(7 anos) \_ deparei-me com dois processos discriminatórios simultâneos: o expressivo número de crianças retidas no pré-escolar ao invés de freqüentarem o ensino fundamental, no qual deveriam estar por direito (número que é mais expressivo para crianças negras, residindo no Nordeste); aumento significativo do número de professoras leigas (sem qualificação educacional compatível), arcando com a expansão das matrículas no pré-escolar.”<sup>17</sup>

Fúlvia Rosemberg é doutora em Psicologia pela Universidade de Paris, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade, na PUC-SP. No ensaio “Educação Infantil, gênero e raça” a pesquisadora analisa a expansão da educação infantil no Brasil, que propagava a igualdade de oportunidades para crianças das classes trabalhadoras no ensino fundamental, apoiando-se na idéia das aptidões femininas para o exercício da função docente, o que acabou levando a um novo processo de exclusão de crianças pobres e negras .

A educação infantil, tanto na vertente creche, quanto na pré-escola, é uma atividade historicamente atribuída à “produção humana”, e considerada de gênero feminino, tendo sido sempre exercida por mulheres, diferentemente de outros níveis educacionais.

---

17 ROSEMBERG, Fúlvia, Educação Infantil, gênero e raça. In Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil. Paz e Terra, 2000)

“Diferentemente das ocupações masculinas, que basearam sua qualificação e competência no treino e domínio de conhecimentos profissionais e habilidade técnicas, supostamente não relacionadas a atributos [biológicos] masculinos, trabalhadores nesta área de assistência a infância basearam suas qualificações em sua capacidade de amar as crianças e no treino em técnicas educacionais de cuidar de crianças explicitamente associadas a tipos de comportamentos [ou natureza] femininos”<sup>18</sup>

A ideologia das aptidões naturais femininas tem resultados positivos e negativos. De um lado, fez da educação infantil uma ocupação atraente para muitas mulheres, devido a sua informalidade e a possibilidade de poder se expressar e ser paga para cuidar. Com nenhum, ou quase sem treinamento específico, muitas mulheres tornaram-se professoras de educação simplesmente por seu sexo e pelo amor que sentiam pelas crianças, associado ao gênero feminino, facilitando também as mulheres de origem econômica inferior que, desta forma, tiveram uma possibilidade de ascensão social. Por outro lado, a inexistência de uma formação técnica profissional específica desvalorizou o salário e o prestígio desta ocupação.

Esse desprestígio com o início da educação infantil também se deu no Brasil. As creches não foram idealizadas com intuito de atender à todas as crianças, independentes de raça, mas sim aos filhos recém libertos de mães escravas.

“A creche é um estabelecimento de beneficência que tem por fim receber, todos os dias úteis e durante as horas de trabalho, as crianças de dois anos de idade para baixo, cujas mães são pobres, de boa conduta e trabalham fora de seu domicílio. No Brasil ainda não existe a creche; entretanto, sua necessidade me parece palpitante, sobretudo nas atuais condições em que se acha o nosso país depois da moralizadora e humanitária lei de 28 de setembro de 1871, em virtude da qual nele não nasce mais um escravo. Agora que, graças a iniciativa do governo e também dos particulares em não pequena escala, com a emancipação da escravatura vai desaparecendo o

---

18 ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, gênero e raça. In Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil. Paz e Terra, 2000)

vergonhoso estigma que a civilização repele e abomina, um grande número de mulheres que quando escravas trabalhavam para seus senhores que por sua vez eram obrigados a lhes dar alimentação, domicílio e vestuário, a cuidar de sua saúde e da de seus filhos, ganhando liberdade, vêem-se não poucas vezes abandonadas com filhos pequenos, que ainda mamam, sem ter quem os sustente, na indeclinável e urgente necessidade de procurarem pelo trabalho, ganhar os meios da própria subsistência e de seus filhos e em muitos casos, sem poderem conseguí-lo porque a isso as impedem como obstáculo insuperável os filhos pequenos, que elas não têm a quem confiar e cuja tenra idade não lhes permite mandá-los para a escola. Não há senhora alguma dona de casa que ignore a extrema dificuldade, senão impossibilidade, que encontra uma criada, por exemplo, em alugar-se quando traz consigo um filho a quem amamenta”<sup>19</sup>

Existe uma trajetória quase linear entre esta concepção do século XIX e a vertente da educação infantil que vem sendo destinada a crianças pobres e negras, porém para se fazer qualquer análise sobre as desigualdades sociais e mais precisamente educacionais, é preciso levar em conta as diferenças regionais e o grau de concentração da população branca e negra nas regiões fisiográficas.

A expansão da educação infantil no Brasil na década de 80, adotou uma política de educação infantil para todos, priorizando a Região Nordeste (mais pobre e negra), constituída a partir de um modelo de baixo custo, sustentado pela disponibilidade de mão de obra feminina sem qualificação compatível com a função docente, e declarando-se como medida para equalizar as oportunidades de acesso ao ensino fundamental nas regiões mais pobres do país( estados do Norte e do Nordeste) , o que resultou em um novo processo de exclusão das crianças negras do sistema educacional e discriminação das mulheres.

---

19 ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, gênero, raça. In Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil. Paz e Terra, 2000)).

Os programas implantados no início dos anos 80 visavam somente a compensação de carências e subordinavam a educação ao assistencialismo. O modelo pedagógico foi baseado na redução de investimentos governamentais, (pensamento que não nos parece estranho). Os testes feitos para avaliação dos programas revelaram possíveis problemas devido ao baixo investimento governamental; inadequação na formação de pessoal; insuficiência de materiais pedagógicos; precariedade das instalações e até mesmo má alimentação oferecida. Mesmo assim, o programa se expandiu.

O modelo de baixo custo, apoiado nas habilidades naturais das mulheres para o exercício da profissão, impregnou o imaginário e as práticas sociais, generalizando-se como o modelo possível e adequado de educação infantil para o Brasil. O governo federal estimulou a abertura de vagas através da administração municipal, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que recrutou mão de obra não formada para atuar junto à crianças com idade próxima ou superior à prevista para ingressar no ensino fundamental.

A expansão das matrículas no pré-escolar neste período foi algo espetacular. Os índices de crescimento foram notáveis. Porém, a opção por expandir a educação infantil através de um modelo não formal apoiado nos baixos salários de professoras leigas, prioritariamente para as regiões Norte e Nordeste, contribuiu para o processo de exclusão das crianças negras e pobres no ambiente escolar, processo que se estende até hoje.

A composição racial da população brasileira \_ infantil, juvenil e adulta \_ apresenta intensa variação regional<sup>20</sup>. Os pretos e pardos, que significavam 45% da

---

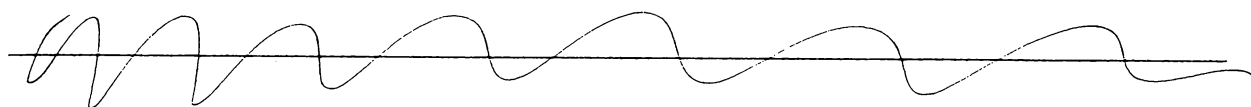
20 ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil, gênero e raça. In Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil. Paz e Terra, 2000)

população em 1995, representavam 71,3% dos residentes na região Norte-Nordeste e apenas 15,2% dos residentes na região Sul. As crianças pretas e pardas superam as brancas, justamente nas regiões economicamente menos desenvolvidas: na zona rural para o conjunto do território nacional; nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Associando-se densidade populacional e composição racial, observa-se que as crianças brancas residem principalmente no Sudeste (70,4%) e as pretas e pardas principalmente no Nordeste, 49,8%, segundo dados de 1987.

Deste modo, foram principalmente as crianças pretas e pardas que se defrontaram com o modelo de educação infantil não formal introduzido no início da década de 1980, o que acarretou impacto no perfil racial do usuário dos diferentes programas oferecidos.

Este modelo\_ baseado em baixos investimentos e instituições diversificadas\_ abriu a possibilidade para a oferta de serviços com qualidades extremamente desiguais. A desigualdade no custo e na qualidade destes serviços, penaliza crianças pobres e negras de diferentes formas. A socialização de crianças pobres e negras para a subalternidade se inicia no berçário onde se encontram, de maneira geral, as trabalhadoras de creche com nível educacional inferior e onde as crianças vivenciam rotinas de espera: a espera do banho, da comida, da troca de fraldas.

A expansão da educação infantil, criou e reforçou padrões de exclusão social e racial, que são reproduzidos atualmente. Crianças pobres e negras, mais freqüentemente entre meninos, mesmo nas escolas públicas, freqüentam estabelecimentos de pior qualidade e de nível educacional inadequado para sua idade. Locais de produção e reprodução da subalternidade. A educação infantil



constitui um dos mecanismos sociais, entre outros, que coloca a população negra em desvantagem no processo competitivo de mobilidade social.

As análises acima sobre o processo de expansão da educação infantil no Brasil\_ creches e pré-escolas\_ são necessárias para se entender os meandros do processo de exclusão que a escola processa em todos os seus níveis.

“Não se pode refletir sobre a democratização e melhoria do ensino fundamental sem analisar o que vem ocorrendo com a educação infantil e secundária; não se pode pensar na movimentação das hierarquias educacionais, sem refletir-se sobre as movimentações nas hierarquias sociais de um modo geral”.<sup>21</sup>

---

21 PETITAT, A . Produção da escola/produção da sociedade: análise sociohistórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente. Porto Alegre, 1994).

#### **IV. Racismo no ambiente universitário: da exclusão ao sistema de cotas**

No ambiente universitário, a existência do racismo em todas as suas modalidades é evidente. Há portanto a continuação do processo de exclusão, iniciado na educação infantil.

Dados<sup>22</sup> do IBGE de 1950, apresentam um quadro realmente deprimente: mais de 96% dos diplomados pelo ensino superior eram brancos, 2,26% eram mulatos e apenas 0,28% eram negros.

Os dados do censo demográfico de 1980 revelam que os negros, somados os mulatos em suas variedades epidérmicas, constituíam 48% da população brasileira, e só por exceção chegavam a proporção de 5% dentre os estudantes universitários.

Segundo dados obtidos através de uma pesquisa feita no início dos anos 80, nas duas maiores universidades paulistas, USP e PUC-SP, para uma população estudantil de quase 50 mil alunos, o número de negros matriculados nos cursos de graduação não atingia quinhentos estudantes. Quanto aos funcionários, foi fácil constatar que a maioria deles ocupavam funções de servente, faxineiro, garçom, motorista ou no máximo escriturário. Nos escalões médio e superior, inclusive entre o corpo docente, não foram encontrados negros ou mulatos.

Nos últimos anos, temos presenciado a ascensão social do negro no Brasil, com alguns indicadores de mudança. Há dez anos<sup>23</sup>, os negros eram apenas 10% dos patrões. Hoje são 22%; os negros correspondem a um terço da classe média do país; movimentam 50 bilhões de reais por ano.

---

22 SILVA, Martiniano J. Racismo à brasileira: raízes históricas. Thesaurus, 1987.

23 Revista Veja, agosto, 1999.

Porém, em relação à formação universitária, fator importante para a ascensão social, os dados também são preocupantes.

Dados <sup>24</sup> recentes revelam que os negros, apesar de representarem 5,7% da população universitária, são apenas 2,2% dos formandos dos 18 cursos superiores avaliados pelo provão.

Avaliando cursos especificamente, a diferença é ainda maior. Em odontologia, por exemplo, apenas 0.7% dos estudantes que se formaram em 2001 são negros. Em medicina a taxa é de 1%. Na área de veterinária os alunos negros são apenas 1,1%. A desigualdade é a mesma quando se compara a porcentagem de pardos e mulatos na população e entre os formandos.

Quando se junta o número de negros e pardos, eles representam 15,7% dos formandos e 43,2% da população. Se a distribuição de vagas na universidade retratasse fielmente a diversidade étnica do país, a quantidade de negros e pardos que concluem o ensino superior seria duas vezes maior.

Analisando os dados da década de 50, 80 ou mesmo os dados atuais, percebe-se que as instituições universitárias foram no passado e continuam sendo até hoje elitistas e socialmente seletivas. Segundo estudos do pesquisador do Ipea ( Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Segei Soares, sobre a discriminação no mercado de trabalho, é na escola e não no mercado, que o futuro de muitos negros é selado.

Porém, o futuro de um negro pode ser selado de forma discriminatória mesmo com o seu ingresso na universidade, através dos cursos de “baixo prestígio”.

---

<sup>24</sup> GOIS, Antônio. Provão revela barreira racial no ensino. Jornal Folha de São Paulo, janeiro, 2001.

Os resultados de uma pesquisa <sup>25</sup> coordenada pela professora Delcele Mascarenhas Queiroz, do departamento de ciências sociais da UFBA, revelam que os brancos predominam em carreiras bem avaliadas pelo mercado. A pesquisa envolveu alunos de cinco universidades brasileiras ( UFBA, UFRJ, UnB, UFMA, UFPR).

De acordo com os dados , só 1,9% dos universitários matriculados no curso de medicina da UFBA são negros. Os brancos que cursam medicina são maioria na universidade baiana: 65,4%.

Na UFMA, os negros são 5,9%, contra 55,9% de estudantes brancos, no curso de medicina. Mesmo somando-se os pardos (35,3%), os brancos ainda representam mais da metade dos alunos pesquisados.

Dados como estes evidenciam o preconceito racial e social alimentado pelas instituições universitárias, pois os estados da Bahia e Maranhão registram a maior concentração de negros e pardos no Brasil. O maranhão possui 78,7% e a Bahia 79,1% de afro-descendentes.

No Paraná, a desproporção é ainda mais alta pois, 84% dos estudantes de medicina matriculados no primeiro semestre são brancos.

Segundo o professor Jocélio Teles do Santos, do departamento de antropologia da UFBA, “os dados mostram que há uma desigualdade muito grande dentro de um grupo que já foi selecionado”

Em contrapartida, a pesquisa revela que o número de alunos negros nos cursos considerados de “baixo prestígio” é bem maior.

Na UFBA, 17,4% dos estudantes matriculados no primeiro semestre de história são negros e 28,3% são pardos.

---

<sup>25</sup> Folha de São Paulo, dezembro, 2000

No Maranhão, 11,1% dos matriculados no mesmo curso são negros. Os pardos representam, 25%.

Nestes cursos a predominância ainda é dos alunos brancos, porém, o percentual de alunos negros matriculados é bem maior, o que revela a exclusão social. Para o professor Jocélio Teles Santos os dados são claros ao revelar que as universidades públicas brasileiras tornaram-se redutos de elites e que é preciso investir mais nas escolas públicas, para proporcionar aos excluídos sociais as mesmas oportunidades que os estudantes de escolas particulares possuem.

Os dados acima além de comprovarem minoria negra nas universidades, nos levam a pensar e a refletir sobre as dificuldades enfrentadas por este pequeno grupo dentro do ambiente universitário, dominado pela maioria de alunos brancos.

”Os negros, mesmo em atmosfera universitária, prosseguem sofrendo todos os tipos de coações (...) como em todos os círculos sociais brasileiros, o negro está condicionado e direcionado, secularmente alienado e mesmo achatado, a aderir e adaptar-se servilmente às imposições da cultura branca”.<sup>26</sup>

O autor chama de processo de aculturação a influência da cultura branca, que provoca no aluno negro uma domesticação insidiosa, que domina-o sem que ele perceba. É certo que também no ambiente universitário os negros sempre sofrem o choque de uma aprendizagem viciada, comprometida portanto, com as imposições de uma ideologia cultural dominante, mais européia e norte americana do que negra.

O autor ainda chama atenção para expressões e atitudes que revelam em suas entrelinhas um preconceito enraizado. Nos meios universitários o racismo é igualmente cediço, subjacente, didático-pedagógico, tornando-se, às vezes,

---

<sup>26</sup> SILVA, Martiniano J. Racismo à brasileira: raízes históricas, 1987, pág. 148.

imprevisível e surpreendente quando ilustres mestres elaboram textos, proferem palestras, organizam painéis ou promovem debates, dizendo que vivemos os negros dia da história. Ou então surpreendem, quando um mestre universitário, conduzindo no subconsciente o velho desejo de se arianizar o Brasil, ainda ache que o negro é um ótimo cidadão a ser mandado para a guerra. Um tolerante soldado a ser bucha de canhão.

De acordo com Martiniano, outra forma de se menosprezar e revelar o racismo contra os negros no ambiente universitário, é transformá-lo no mais puro interesse acadêmico. Isso acontece quando o negro é tratado simplesmente como um tema ou objeto de estudo; onde não é gente, nem sentimento, nem expressão de vida ou cultura .

“Nesse âmbito, aliás, o negro prossegue sendo visto, no ambiente acadêmico-universitário, com muita curiosidade. Feitas as merecidas exceções, estamos vendo que virou muito mais o temário de eruditas abordagens “científicas” do que pano de fundo de análises e pesquisas realmente imparciais, capazes de conscientizá-lo e mostrá-lo em sua existência horrível, o que significa vê-lo muito mais como uma preocupação científica do que como um ser humano.”<sup>27</sup>

Já se passaram quinze anos desde que as afirmações acima foram defendidas pelo autor. Mudanças a parte, a situação da população negra e conseqüentemente do universitário negro não mudou muito e os dados atuais sobre o número de alunos negros nas universidades comprovam esse fato.

A certeza reside na constatação de que, o aluno negro, com características específicas de cor e de raça, as vezes até de cultura, já internamente estratificado

---

27 SILVA, Martiniano J. Racismo à brasileira: raízes históricas. 1987, p.149)

pelo sistema de classes, têm encontrado muita dificuldade para construir a sua identidade de segmento diferenciado em relação ao restante da população, sem comprometer sua identidade de brasileiro moldado mais próximo do modelo branco.

São constatações advindas de dados como estes que certamente levaram o deputado Paulo Paim (PT/RS) a formular o projeto de lei que cria o Estatuto da Igualdade.

No documento, o deputado estabelece que as universidades deverão destinar pelo menos 20% das vagas para os descendentes afro-brasileiros. Proposta semelhante está no projeto do senador José Sarney (PMDB-AP), que institui cotas para negros nas vagas abertas no serviço público, além dos contratos de crédito educativo.

Paulo Paim não vê problemas na implantação do sistema de cotas. Ele afirma que :

“O sistema de cotas não diminue nem desmerece o negro. A comunidade negra foi marginalizada por séculos e séculos e a minha proposta tenta corrigir isso. Não haverá facilidades. O vestibular será igual para todos e 20% das vagas ficarão para os negros melhores colocados nas provas. Toda lei de cotas é transitória. Ela deve ter no máximo dez anos, período em que vai capacitar as pessoas e garantir oportunidades para a geração presente. No futuro, o menino de hoje poderá disputar de igual para igual, já com a auto-estima da comunidade negra recuperada.”<sup>28</sup>

Apesar do preconceito racial nas universidades, evidenciado pelos números, e das desvantagens que o estudante negro sofre, consequências de anos de

---

28 Sistema de Cotas. Revista Raça Brasil, 2002, pág.63

espólio, é necessário um estudo muito sério e aprofundado a respeito da implantação desta e das demais propostas voltadas para políticas afirmativas.

Avaliar os pressupostos e argumentos a favor e contra a adoção da ação afirmativa aqui e nos EUA, onde ela já conta com 30 anos de experiência, é um dos objetivos gerais do projeto Cor e Educação<sup>29</sup>. Uma das vertentes contrárias à sua adoção no Brasil, leva em conta as particularidades históricas e políticas da sociedade brasileira que, embora marcadas por diversidades étnico-culturais, nunca se regeu por um princípio bi-racial, que justifique um tratamento para minorias "segregadas" ou "excluídas" com base exclusiva na raça. Segundo esta vertente, políticas deste teor estariam impondo valores e concepções estranhas à sociabilidade própria, pluralista e difusa das relações raciais no Brasil. Em conseqüência, estariam criando novas clivagens e conflitos, preconceitos e mecanismos de estabelecimento de marcas e diferenças. Outros argumentos que a própria dimensão relativa da população não-branca e da pobreza no Brasil merecem consideração séria, porque confronta as autoridades, governantes e militantes com problemas de maiorias e não de minorias.

Independente dos conceitos sobre a natureza e dimensão do problema da cor e da pobreza, a adoção de qualquer modelo político exógeno envolve processos complexos de reelaboração pelo receptor. A ontologia social na qual aqueles modelos são recebidos exige acomodações não só de caráter normativo e pragmático, como também da ordem dos valores, sem os quais tais modelos dificilmente são aceitos, reelaborados e utilizados na condução da vida ordinária. Esta é outra questão geral do projeto \_ a de focalizar os diversos planos de

---

<sup>29</sup> [www.fordfound.org](http://www.fordfound.org)

mediação e acomodação do princípio e da dinâmica das políticas de ações afirmativas no contexto brasileiro.

Em um plano mais teórico, o tratamento dado às questões relacionadas a normas e políticas de enfrentamento das desigualdades raciais e da pobreza tem seguido uma perspectiva normativa, que enfatiza a oposição entre projetos políticos de alcance universal (com fundamento no indivíduo) e projetos de alcance particularista (com fundamento na diversidade étnico-cultural de sociedades pluralistas). Apesar das diferenças, ambos projetos compartilham os ideais universais da igualdade e liberdade para todo e qualquer indivíduo, pressupondo uma essência comum a todos os homens.

Um terceiro objetivo geral deste projeto é o de tentar desenvolver uma compreensão "alargada" das alternativas de políticas de combate à exclusão pela raça e pela pobreza. Uma compreensão que não se limite a distinguir o caráter universalista ou particularista das políticas, mas explore também o potencial de outras concepções. Michael Walzer (1994), por exemplo, entende a interação entre diferentes culturas a partir de uma tensão entre thick morality e thin morality, que abre as possibilidades de compreensão entre culturas diferentes, através de sentimentos, experiências, expectativas que podem ser compartilhadas entre os diferentes grupos e indivíduos. Ele retira da interpretação destas relações, toda e qualquer idéia de essência, seja localizada no indivíduo ou no grupo. Expande assim a possibilidade de persuasão, conversão e mutação entre os grupos, ainda que a cultura/moralidade densa, que lhes dá identidade, seja o chão das possibilidades do fino entendimento entre os homens de toda e qualquer cultura ou extrato social.

A concepção de Walzer certamente não é a única a questionar o essencialismo dominante nos estudos sobre cultura e relações sociais, mas nos

serve de exemplo de orientação teórico-analítica capaz de perceber com refinamento as diversas mediações possíveis no encontro de ideais, políticas e personagens constituídos em mundos culturais diferentes. Este terceiro objetivo avança o debate no Brasil e retro-alimenta o segundo objetivo, de identificar e analisar as várias dimensões de um processo de reelaboração ou rejeição de modos ou mecanismos inéditos, e trazidos de fora para dentro, de valorizar a diversidade étnico-cultural e combater exclusão e desigualdade social.

O fato é que o sistema de cotas pode vir a ser para a comunidade negra, uma faca de dois gumes. Se por um lado, ela é uma tentativa de compensação, por todos os sofrimentos acometidos aos negros, que lhe impossibilitaram ascensão social e dignidade , por outro lado ela pode funcionar como um instrumento para a propagação de mais preconceito. Alunos que ingressarem nas universidades por este sistema, podem ser estigmatizados como incompetentes ou oportunistas, tendo em vista a situação de abandono em que se encontra grande parte da população brasileira, independentemente da raça à qual pertença. Para que isso não aconteça, é necessário \_ entre outros procedimentos \_ que se deixe bem claro para toda a sociedade os critérios que serão utilizados neste processo. É preciso que todos saibam, por exemplo, que todos os candidatos terão que alcançar uma nota mínima e somente após esta etapa, o sistema de cotas entrará em ação. Não existirá portanto, nenhuma impossibilidade de desvalorização do curso ou da entidade estudantil ou ainda descredibilidade do aluno perante o mercado de trabalho por conta deste novo processo.

Apesar dos projetos, como o citado acima, que propõem-se a estudar o assunto para sua melhor implementação e entendimento, ainda há muita polêmica. O pesquisador do IPEA(Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Sergei D. Soares

tem uma opinião bastante séria e lúcida sobre o assunto. Para ele “falar de cotas na universidade é começar pelo lugar errado. A cota por si só não serve. Pode ser que dentro de um programa maior de equidade racial dê certo. Cotas só na universidade é melhor nem fazer.”<sup>30</sup>

O pesquisador afirma que medidas equivalentes devem ser tomadas em toda a trajetória do sistema educacional. Ele argumenta que a maioria branca nas Universidades é apenas a ponta de um iceberg, ou seja, é a ponta mais visível de um problema que tem seu início lá no Ensino Fundamental.

Declarações como estas são embasadas e confirmadas por dados do IBGE de 1999. De um grupo de 100 pessoas, negras e brancas, 86% de brancas e 70% de negras, ingressam na 4 série ; 57% de brancas e 36% de negras, ingressam na oitava série; 39% de brancas e 20% de negras, ingressam no segundo grau e 16% de brancas e 4% de negras ingressam na universidade.

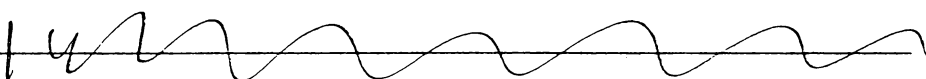
A relação entre brancos e negros vai piorando, ao longo das etapas educacionais, e no tocante ao ingresso na universidade, há uma piora considerável. Se as falhas durante estas etapas fossem corrigidas, certamente os resultados finais seriam bem mais animadores.

Um outro agravante desta tentativa de “jogar o problema para frente”, sem procurar solucionar as raízes do mesmo, é novamente, como nos é de costume, copiar fielmente os modelos estrangeiros. Segundo o antropólogo Kabengelê Munanga, professor titular do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo “o Brasil deveria buscar um caminho próprio. Não podemos copiar a solução norte-americana

---

<sup>30</sup> Sistema de Cotas. Revista Raça Brasil, março/abril, 2002).

de olhos fechados. Nos Estados Unidos os campos estão demarcados. Mas no Brasil os mestiços, dependendo do grau, podem atravessar a fronteira e fugir da questão da negritude.”<sup>31</sup>

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of connected loops and curves, positioned above a horizontal line.

31 Sistema de Cotas. Revista Raça Brasil, março/abril, 2002, pág.62 )

## V. Conclusão

Delegar à educação a solução para todos os problemas de ordem social que a população negra enfrenta, é tentar mascarar a realidade. Porém, ela é fator decisivo para a mudança. Paulo Freire foi magistral, ao afirmar que a educação não pode resolver todos os problemas, mas sem ela nada se resolve.

A educação brasileira necessita passar por mudanças urgentes, para minimizar a exclusão. Uma delas seria a formação e qualificação dos trabalhadores que lidam diretamente com a criança e com adolescente. No caso específico das trabalhadoras que cuidam de crianças pequenas em creches e pré-escolas, essa equalização do padrão de qualidade, através do investimento em formação profissional, certamente diminuiria as desigualdades econômicas e educacionais. Palestras, cursos, literaturas que preparassem o professor e lhe desse suporte para resolver as situações de racismo no cotidiano da escola, também seriam de grande valia.

Outro fator de suma importância e muito comentado, porém de pouca efetivação até o presente momento, diz respeito ao conteúdo dos currículos escolares. Estes deveriam priorizar, desde as séries iniciais da educação básica a introdução de matérias como línguas africanas, História da África, Literatura Afro-Brasileira, Dança Afro-Brasileira, Capoeira, oficialização do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra no calendário, enfim tudo que pudesse conscientizar os alunos sobre a importância e a beleza da diversidade étnica no Brasil. Outra mudança extremamente necessária e que caminha no mesmo viés, diz respeito aos conteúdos dos livros didáticos e para-didáticos. Certos livros escolares tem contribuído para formação de preconceitos. Uma revisão de toda a mensagem onde aparece a figura do negro( o livro didático, de História etc.) é primordial para a

desestigmatização da imagem do negro, e exigirá da escola um projeto em larga medida, mais sistemático, de crítica sobre si mesma. Uma revisão que colocasse o negro como co-construtor de sua história, da história da nação e da identidade brasileira. Seria uma das formas da escola reforçar a identidade positiva do negro enquanto grupo etnicamente singularizado dentro da sociedade pluriracial brasileira, assumindo a especificidade do grupo.

Os livros para-didáticos ligados a literatura infantil também veiculam o preconceito. A discriminação e a opressão brotam quando se desvenda as tramas do conteúdo, onde normalmente aparecem representações discriminatórias de personagens, que são produzidos para educar crianças brancas. Somente quando esta literatura incorporar a visão de mundo e a perspectiva de ser negro é que o livro poderá dar, à criança negra, a possibilidade de tornar-se um interlocutor nesse processo de comunicação.

Instrumentalizar as minorias, possibilitando-lhes fazerem-se presentes, terem peso nas decisões, também é papel da escola. Isso significa ter uma posição política que possa oferecer aos alunos condições escolares de base, que os habilitarão, no futuro, a participar e interferir nas decisões, a se fazer representar em suas necessidades e reivindicações.

A implantação isolada do sistema de cotas provavelmente se transformará em mais um instrumento a serviço do preconceito, porém algo deve ser feito e urgentemente em relação as políticas de ação afirmativa para a população negra. O sistema americano de cotas surgiu como um dos meios de combate à desigualdade e funcionou, no entanto outras medidas também foram criadas, como incentivos fiscais para empresas que contratam negros em vez de brancos, entre outras. O Brasil precisa complementar o sistema de cotas com outras medidas, como por

exemplo, leis mais rígidas de combate ao racismo, reconhecimento de que todo o processo de escravidão constituiu-se em violação aos direitos humanos fundamentais; incentivos fiscais para a contratação de afro-descendentes, entre outros, para ancorar o sistema de cotas.

Além do sistema de cotas, existem outras propostas mais abrangentes, como revisar as práticas pedagógicas das escolas com alto índice de reprovação de alunos negros; promover bolsas e linhas de crédito educativo específico para negros e investimento em programas educacionais para alfabetizar, treinar e preparar as crianças para o futuro, colocando também as mães na escola, para educá-las e fazer com que ajudem seus filhos.

Mais do que propor medidas de combate as desigualdades, é preciso colocá-las efetivamente em prática. A partir do momento em que toda criança tiver acesso a educação básica de qualidade, sendo respeitada enquanto cidadã no ambiente escolar e essa qualidade também se estender para o ambiente familiar \_ moradia, emprego, saúde \_ certamente no futuro ela não mais precisará de cotas ou outros instrumentos de socialização.

Acima de tudo, faz-se urgentemente necessária uma mudança de paradigma, que deve partir da sociedade como um todo, e do indivíduo enquanto elo desta corrente. A pura e simples aceitação do outro, com traços físicos e culturais que lhe são peculiares e próprios, talvez seja o começo para a eliminação de qualquer preconceito; por fim, de toda ignorância.

# Referências Bibliográficas

## VI. Bibliografia

- I. FERNADES, Florestan. A integração do negro à sociedade de classes. Rio de Janeiro: GB, 1964.
- II. GOULD, Stephen J. Chapéus largos e mentes estreitas. In O polegar do panda (Martins Fontes), São Paulo: 1989.
- III. SILVA, Nelson do Vale. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. Paz e terra, São Paulo, 2000.
- IV. ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil, gênero e raça. In Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. Paz e terra, São Paulo, 2000.
- V. SOARES, Natalício. A didática do negro. Artes gráficas e editora Unificado, Paraná, 1988.
- VI. SILVA, Martiniano J. Racismo à brasileira: raízes históricas. Thesaurus, 1987.
- VII. SOARES, Natalício. Nossos bosques têm mais vida. Editora Cruz de Malta Ltda., Paraná, 1982.
- VIII. FRANCISCO, Luiz. Negros fazem cursos de "baixo prestígio". Folha de São Paulo, dezembro de 2000.
- IX. BRANDÃ, Zaia. A formação dos professores e a questão da educação das crianças das camadas populares. Caderno de pesquisa, São Paulo, 1982.
- X. PEREIRA, João Batista Borges. A criança negra: identidade étnica e socialização. Caderno de Pesquisa, São Paulo, 1987.
- XI. NEGRÃO, Esmeralda Vallati. A discriminação racial em livros didáticos infanto-juvenis. Caderno de pesquisa, São Paulo, 1987.
- XII. DOMINGUES, Fábio. Sistema de cotas. Revista Raça Brasil, março/abril, 2002.

- XIII. GOIS, Antônio. Provão revela barreira racial no ensino. Jornal Folha de São Paulo, janeiro, 2001.
- XIV. ESCÓSSIA, Fernanda. Delegação brasileira faz críticas ao governo. Jornal, Folha de São Paulo, agosto, 2001.
- XV. ESCÓSSIA, Fernanda. Delegação brasileira quer cotas para negros. Jornal Folha de São Paulo, agosto, 2001.
- XVI. PINHEIRO, Daniela. A classe média negra. Revista Raça Brasil, agosto, 1999.
- XVII. PEITAT, A Produção da escola/produção da sociedade: análise sociohistórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente, Porto Alegre, 1994. *faltou a editora?*
- XVIII. [www.cobra.pages.nom.br/fc-gobineau.html](http://www.cobra.pages.nom.br/fc-gobineau.html)
- XIX. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)
- XX. [www.fordfound.org](http://www.fordfound.org)
- XXI. [www.andi.org.br/midiaedu/artigos/desigualdades.html](http://www.andi.org.br/midiaedu/artigos/desigualdades.html)
- XXII. [www.usp.br/jorusp/arquivo/1998jusp448/manchete/rep-res/rep-int/pesqui4.html](http://www.usp.br/jorusp/arquivo/1998jusp448/manchete/rep-res/rep-int/pesqui4.html)